

ZERO

Ano 14 número 3

Florianópolis, maio de 1997

VIA E-SUL: - por que freiou, freiou por quê?

CPI DOS PRECATÓRIOS

A verdadeira história de um escândalo catarinense

página 5

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O xeque-mate do raciocínio eletrônico

página 3

CARLOS CASTILHO

"Todo mundo fabrica informações, até o Greenpeace"

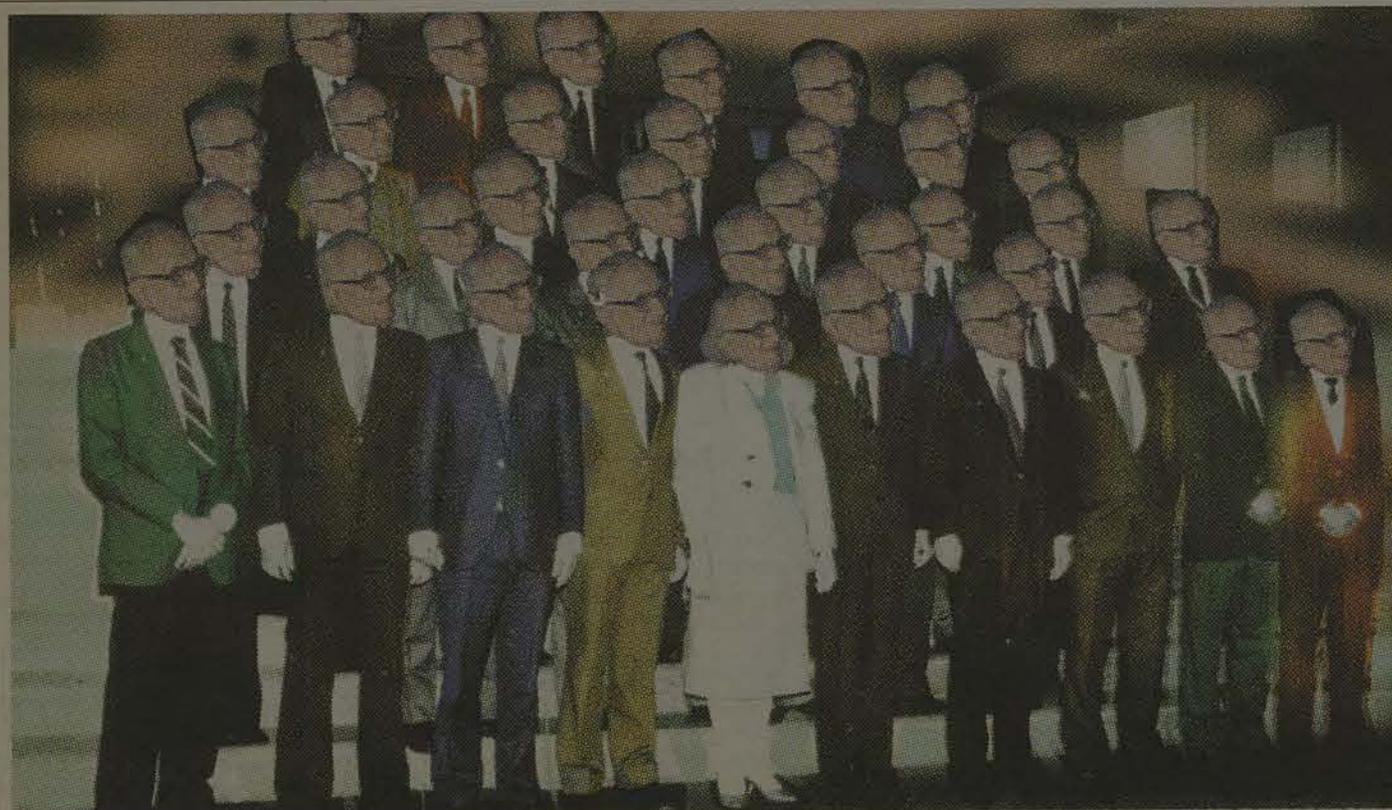
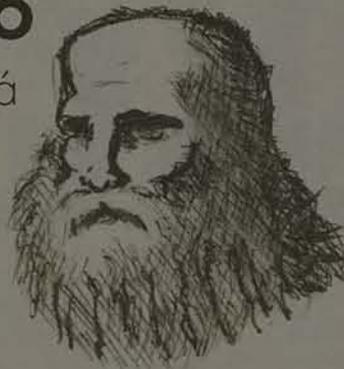
página 14

As obras do aterro da Via Expressa Sul iam aceleradas e, de repente, ficaram devagar, quase parando. Isso coincidiu com a crise financeira do estado, agravada pelas denúncias de desvio do dinheiro dos precatórios. Na página 8, o **ZERO** discute o destino do terreno ganho do mar com o aterro para a construção da via-expressa.

PLATÃO

Até criança já pode filosofar em português

página 10



Diante dos recentes avanços da bioengenharia E tendo em vista o programa de privatização, a miséria da política brasileira e tudo o mais que a gente conhece

O **ZERO** formula sua proposta patriótica:

Vamos clonar o Dr. Barbosa Lima Sobrinho?

Editorial

Financiar obras públicas com o déficit do estado não é novidade. Faz-se isso desde o tempo de Dom Diniz, que deflagrou o processo de expansão marítima de Portugal.

Paulo Afonso tem assim muitos precedentes para a sua sopa de letrinhas. O ZERO conta como foi que essa história dos precatórios se tornou conhecida e fala de algumas das obras talvez financiadas pelas tais letras e que correm o risco de parar na medida em que o governador for ficando mais e mais analfabeto, isto é, desprovido de letras.

Outros assuntos dessa edição são bem mais honestos: a ponte entre as ciências humanas e as ciências exatas que se vai consolidando, a moda da filosofia que tira Platão do ostracismo e as trilhas que vão sendo descobertas nos matos da ilha.

A entrevista é com Carlos Castilho, jornalista veterano e futurista, que edita em Jurerê Internacional um jornal americano, via internet (a edição, não o jornal).

Expediente

ZERO

Artes: Lúcio Baggio, Romeu Martins

Arte de Capa: Lúcio Baggio

Colaboração: Pedro Valente

Editoração eletrônica: Lúcio Baggio

Fotografia e laboratório fotográfico: Andrea Couri Vieira

Marques, Eduardo Burckhardt, Samanta Lopes

Textos: Andrea Couri Vieira Marques, Carline Piva, Debora

Sanches, Deluana Buss, Dubes Sônego, Eduardo Burckhardt,

Fábio Bianchini, Gladinston Silvestrini, Josemar Nepomuceno,

Josete Goulart, Márcia Bizzotto, Maurício Xavier, Michele

Araújo, Rogério Kiefer, Romeu Martins, Rodrigo Faraco, Patrick

Cruz, Tatiana Ramos,

Supervisão: Nilson Lage

Redação: Curso de Jornalismo (UFSC - CCE), Trindade,

Florianópolis/SC - CEP 38040-900

Telefones: (048) 331-9490 e 331-9215

Telex e Fax: (048) 234 - 4069

Impressão: A Notícia

Tiragem: 5 mil exemplares

Distribuição gratuita

Circulação dirigida

Notas

Preferências dos teóricos

Análise de discurso e temas políticos destacam-se de longe entre os assuntos de trabalhos acadêmicos sobre comunicação publicados nos últimos meses em língua inglesa. Um levantamento dos dois números (agosto e outubro de 1996) das Resenhas de Comunicação (*Communication abstracts*), publicadas bimensalmente pela editora Sage em convênio com a Universidade de Temple, em Filadélfia, aponta em terceiro lugar entre os assuntos mais atraentes para os teóricos os "estudos culturais", com sua bizarra combinação de sexismo, etnocentrismo e discursos politicamente corretos.

A margem do levantamento numérico sobre os temas dos trabalhos, alguns dados interessantes surgem da leitura dessas resenhas. Por exemplo, o imaginário americano sobre a figura do presidente da República e a Casa Branca, que motiva dezenas de trabalhos não só sobre o presidente americano, mas sobre presidentes, aqui e ali, de países bem menos institucionalizados. Ou a interminável discussão sobre até que ponto e em que nível a propriedade de jornais determina a cobertura de assuntos gerais por seus jornalistas.

Os temas sociais parecem em baixa - salvo se incluirmos entre eles os estudos culturais. Em alta, pelo contrário, estão os trabalhos sobre comunicação na saúde, jornalismo, publicidade, marketing, televisão, economia, educação e comunicação organizacional.

A análise de discurso é um campo interdisciplinar que envolve não apenas o texto (análise de texto), mas também vários tipos de discursos orais e com imagens (cinema, televisão, artes plásticas, artes aplicadas); sua abordagem pode provir da retórica clássica, da semiologia ou semiótica (estudo dos signos), da antropologia ou de alguns ramos da sociologia aplicada.

Agosto de 1966 - A leitura do número 4, volume 19, da publicação da *Sage Periodicals Press*, incluiu os artigos, livros e capítulos de livros resenhados. Os estudos culturais (65 incidências) superaram, aí, a análise de discurso (56), o jornalismo (35), a política (32), a tecnologia (33) e a teoria da comunicação (39). Há ocorrência notável de trabalhos sobre comunicação na saúde (17), televisão (17), marketing (23), publicidade (26), comunicação organizacional (11), economia (11) e educação (15). Entre os temas menos frequentes, figura o rádio, com duas incidências.

A metodologia empregada nesta seleção permite que um mesmo trabalho figure em mais de uma entrada. Na verdade, foram consideradas as palavras-chaves de cada artigo ou capítulo de livro. Por exemplo, um texto em que as palavras chaves eram "atitudes, comunicação na saúde, modelos de marketing, pesquisa de marketing e estratégias de marketing", foi considerado em dois itens: (1) comunicação na saúde; (2) marketing

Outubro de 1996 - O levantamento da edição de outubro de *Communications Abstract* (número 5, volume 19) foi mais

amplo, incluindo as "notas breves" do final do volume. Houve notável expansão do número de trabalhos voltados para a análise de discurso: foram 124 incidências. A política veio em segunda lugar, com 90 incidências, e os estudos culturais chegaram em terceiro, empatados com publicidade e marketing (35).

Houve 21 trabalhos sobre economia da comunicação, 30 sobre educação, 18 sobre comunicação organizacional. Foram 16 os voltados para o jornalismo, 11 para pesquisa em comunicação, oito os que preferiram a ética e três os que cuidaram de relações públicas.

Amantes da fotografia

O Clube da Foto está sendo fundado no Curso de Jornalismo da UFSC com o objetivo não só de incentivar os amantes da fotografia, mas de viabilizar o uso do laboratório do curso, que não recebe mais verba suficiente para comprar substâncias químicas e fazer a manutenção dos equipamentos. O valor das mensalidades será aplicado em material e serviços.

Por enquanto, o clube está restrito a alunos do Curso de Jornalismo mas, assim que possível, promoverá cursos, palestras e oficinas abertas à comunidade.

Silêncio nos ambulatórios

"Metade dos usuários dos postos de saúde de Florianópolis acha que a o diálogo entre eles e as equipes (de médicos, dentistas, enfermeiras, técnicos de enfermagem e atendentes) ou não existe (34%) ou é muito ruim (16%). Menos de dez por cento conseguem dizer o nome da enfermeira e mais de 60 por cento ignoram o do médico. Apenas 36 por cento conseguem contar no posto de saúde a história de sua doença; quanto às prescrições, confessam que tudo parece confuso (27%) ou dito ao acaso, sem atenção (27%), ou em linguagem técnica (18%), ou muito rápido (13%), ou sem explicações (6%), ou de maneira inaudível (6%) ou ainda de modo inamistoso (5%).

Para esse público, constituído predominantemente de pessoas com primeiro grau incompleto (69%) ou analfabetas (19%), dar atenção ao cliente é o maior mérito de um profissional de saúde (91%) e não dar atenção o maior defeito (65%). Quase metade das pessoas que procuram os postos são mulheres "do lar"; 15 por cento são faxineiras, oito por cento pescadores, dez por cento estudantes, dez por cento serventes, oito por cento domésticas e costureiras. Dominantemente em idade produtiva (70 % entre 25 e 45 anos), dizem coisas duras sobre o pessoal dos postos, tais como: "Eles têm nojo da gente".

Foi a partir de uma coleção de dados como esses que a Enfermeira Eliana Marília Faria mergulhou na Teoria da Comunicação, buscando explicações para a conversa de surdos em que se transfor-

mou a assistência médica pública, numa cidade que, para os padrões brasileiros, é bem servida: são 48 centros de saúde, cinco regionais, uma policlínica e um laboratório, só no âmbito municipal, para menos de 250 mil habitantes. A tese de doutoramento de Eliana em Filosofia da Enfermagem, "Comunicação na saúde, fim da assimetria...?", foi aprovada por uma banca presidida pela orientadora, Prof.ª Maria Tereza Leopardi, e composta pelos professores Arsênio Carmona Gutiérrez, do Ministério de Saúde Pública de Cuba, Emília Campos, da Universidade de São Paulo, Lygia Paim Müller Dias, Rosita Saupe e Nilson Lage, da Universidade Federal de Santa Catarina.

A reforma no Sul

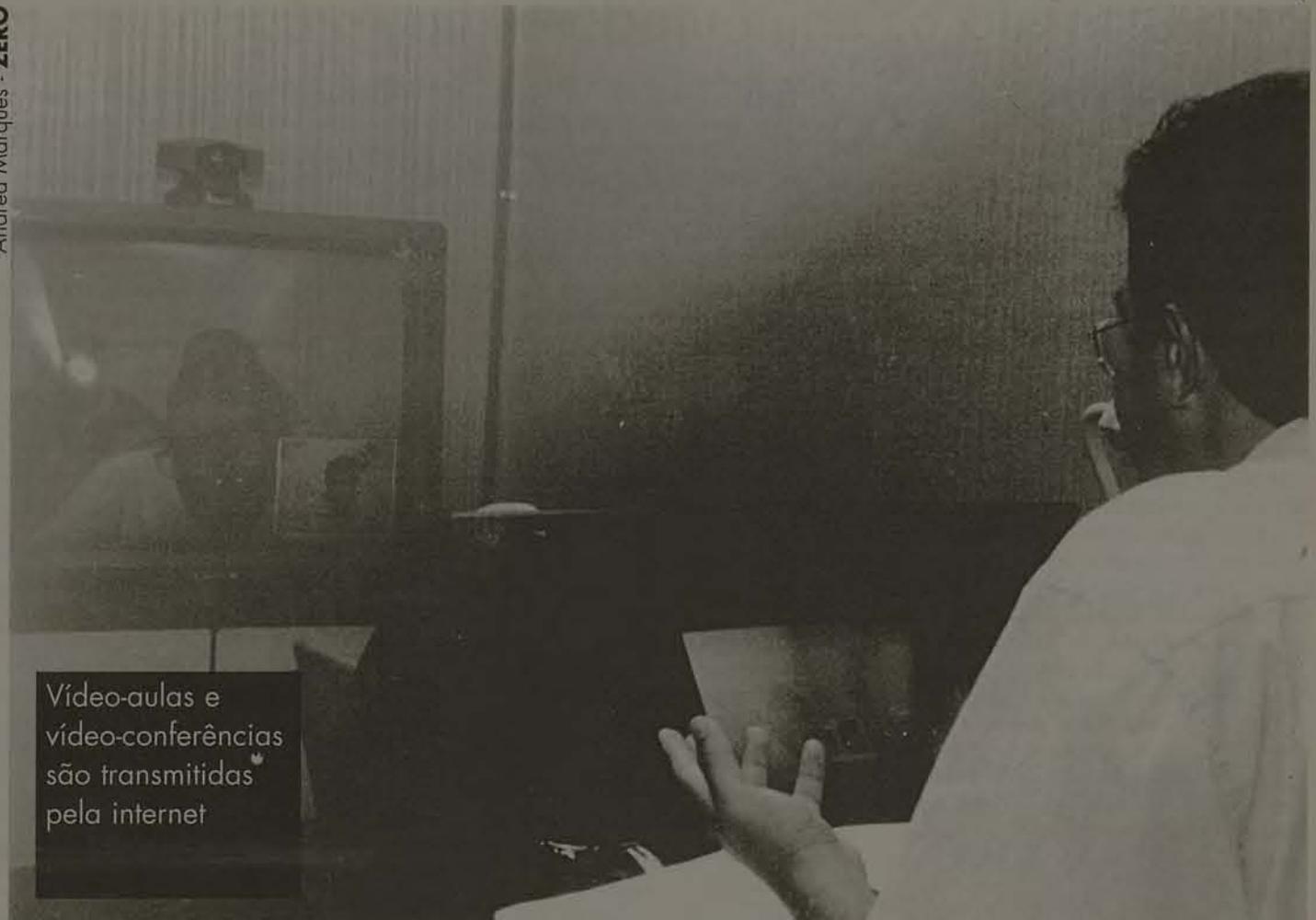
A reforma do texto da imprensa brasileira chegou a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em algum momento, entre 1965 e 1975. E chegou com força: comparando edições do diário local *A Razão*, Márcio da Silva Granez, da Universidade Federal de Santa Maria, constatou que, nos textos informativos, os "preciosismos, estrangeirismos e fala popular" decaíram de 13, em 1965, para um (a palavra *ágape*), em 1975; os "adjetivos valorativos", de 101 para 15 (incluindo alguns inevitáveis, como urgente); os "advérbios de modo, de intensidade e de afirmação", de 24 para cinco; e o uso da primeira pessoa do discurso (eu, nós), de sete para cinco, só que, em 1975, sempre em citações entre aspas.

Granez apresentou seu trabalho no curso de pós-graduação em Letras da UFSC como dissertação de mestrado, considerada excelente por uma banca constituída por seu orientador, o Professor Laurindo Dalpian, e pelos professores Christa Berger, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Nilson Lage, da Universidade Federal de Santa Catarina. No trabalho, ele observa que a tendência revelada em 1975 é confirmada pelo estudo de duas edições posteriores, de 1985 e 1995.

O salto de qualidade - Os números destacados acima fazem parte de um levantamento maior. Granez queria estudar a modernização do texto na imprensa, mas julgava, como hipótese de trabalho, que ela teria ocorrido paulatinamente, ao longo de décadas, acompanhando a industrialização dos jornais e sua transformação em empresas. A constatação de que o processo ocorreu quase que subitamente foi uma surpresa para ele.

O estudo completo envolveu 13 edições de jornais: seis do *Diário do Interior*, entre 1911 e 1936 (quando o jornal deixou de circular) e sete de *A Razão* (que saiu pela primeira vez em 1934).

Andrea Marques - ZERO



Vídeo-aulas e vídeo-conferências são transmitidas pela internet

Só jornalistas, há mais de 20 fazendo mestrado

A ENGENHARIA DAS HUMANAS

Roseli Souza de Oliveira, Lara Viviane Lima e Juliane Fischer têm algo em comum e não é uma marca de cigarro. As três são formadas em ciências humanas e fazem mestrado ou doutorado no curso de Engenharia de Produção, definindo uma nova tendência acadêmica: a de se fundirem áreas antes consideradas distintas e, mesmo, contraditórias. Só jornalistas, há mais de 20 fazendo pós-graduação na Engenharia da UFSC.

As três moças são alunas do curso de Mídia e Conhecimento, criado em 1996 e que tem como carro-chefe um programa de ensino à distância, Universidade Virtual, que utiliza novas tecnologias de transmissão de informações, como vídeo-conferências, vídeo-aulas transmitidas via satélite e a rede Internet.

Os alunos de Mídia e Conhecimento estudam noções de inteligência artificial, métodos estatísticos, ergonomia cognitiva, ergonomia da Informática e tecnologia multimídia, entre outras disciplinas. Com isso, aprendem a lidar com ferramentas que lhes possibilitam desenvolver projetos em sua área de formação.

Mestrado-meio - Segundo a jornalista Lara Viviane Lima, o mestrado

não tem uma finalidade em si; ele é um meio. Ela e Roseli, também jornalista, escreverão uma dissertação sobre "Pesquisa de comunicação empresarial e institucional na Internet". Ambas acreditam que o mestrado é uma maneira excelente de reciclar conhecimentos e de entrar em contato com profissionais de outras áreas. "Com esse curso, teremos possibilidade de atuar de outra forma no mercado", asseguram.

A pedagoga Juliane Fischer cursa doutorado. Sua tese, "O uso da informática como fator de integração social", procura maneiras de integrar deficientes físicos e mentais na sociedade: "Deficientes mentais, por exemplo, em escolas comuns, não são aceitos a partir da 1ª série porque, em geral, têm dificuldade de escrever em letra cursiva e fazer caligrafia. Podemos ensiná-los a escrever usando o computador", diz ela.

O fato de o curso ser multidisciplinar ajuda no desenvolvimento dos projetos. Mauro José Belli é formado em ciências da computação e trabalho no magistério. Seu projeto de dissertação pretende o desenvolvimento da multimídia na educação; analisará processos de desenvolvimento. No curso, ele poderá fazer parceria com pessoas das

áreas de comunicação social e pedagogia.

Ensino barato - Uma das grandes vantagens do ensino à distância é o custo. O Professor Roberto Pacheco, de Inteligência Aplicada, lembra que a Petrobrás gastou R\$ 200 mil para manter um funcionário fazendo pós-graduação em Santa Catarina por dois anos; hoje, pelo sistema de vídeo-conferência, seria possível formar, com a mesma despesa, 15 funcionários, sem afastá-los tanto tempo de seus postos de trabalho.

O equipamento básico para a integração em vídeo-conferências custa perto de R\$ 30 mil. São necessárias seis linhas telefônicas, uma TV com tela de no mínimo 30 polegadas e mais os equipamentos de conexão.

No biênio 1995/96, a UFSC ofereceu cursos de especialização a mais de 1.650 empresas de transporte rodoviário com transmissão de vídeo-aulas por satélite. O contrato fechado com a Confederação Nacional dos Transportes envolveu perto de dez mil alunos, que receberam da empresa disquetes e apostilas produzidos pela UFSC para acompanhamento das aulas.

Dubês Sônego Jr.

Quando os computadores ficam cada vez mais espertos

O temor retratado em *2001-Uma odisseia no espaço* está longe de se tornar realidade. No filme, o *Hal 9000*, computador tão inteligente quanto o homem, engana a tripulação da nave, mata quem tenta desligá-lo e toma conta da missão. A produção é de 1968, época em que a inteligência artificial começava a se popularizar e se temia que o computador dominasse o homem. Ainda falta muito tempo e aprimoramento para se chegar a algo como Hal e talvez mesmo nunca se alcance nada assim. Mas também vai longe o tempo em que a inteligência artificial era restrita aos laboratórios de última geração e à ficção científica.

Hoje, países como o Japão têm sistemas inteligentes para freiar seus supertrens, pousar aviões sem a interferência do piloto, controlar condicionadores de ar e fazer coisas antes restritas aos homens, por dependerem de raciocínio. Em breve será lançada uma máquina de lavar com sensores que vão medir a densidade de sujeira na roupa e mostrar às donas de casa qual a quantidade de sabão a ser utilizada. A própria lavadora definirá ainda quanta água usar e por quanto tempo funcionar.

Entretanto, essas não são as únicas utilizações atuais da inteligência artificial, que já pode servir, entre outras coisas, para verificar a segurança de empréstimos em bancos, analisar aspectos da economia e aconselhar empresários. Nesse campo, a UFSC tem o projeto de um consultor para pequenas e médias empresas que poderá ser acessado por qualquer um, via Internet. Segundo o professor do curso de pós graduação em Engenharia de Produção Roberto Pacheco, programas como esse podem ajudar empresários a diminuir gastos. Atualmente a UFSC desenvolve também um programa para auxiliar experiências químicas e físicas, utilizando inteligência artificial e realidade virtual unidas, e outro que opera sistema de gestão ambiental para empresas. O computador terá arquivadas as metas ambientais a serem atingidas e definirá se os procedimentos adotados levarão a seu cumprimento ou deverão ser modificados.

Pacheco acredita que, com a abertura da economia e o aumento da competitividade, as empresas serão obrigadas a utilizar mais sistemas inteligentes, para melhorar seus produtos e sua forma de

produzir. "As perspectivas para quem se especializa na área são excelentes; hoje há muita falta de profissionais no setor" explica. Segundo o professor, a popularização da inteligência artificial em empresas é dificultada basicamente pelo pequeno número de especialistas. Na UFSC, que trabalha desde 1990 na área, formaram-se apenas treze doutores e um número ainda pequeno de mestres. Para que a inteligência artificial se espalhasse, diz o professor, seria necessário que os estudantes da graduação adquirissem alguma experiência já no curso, que hoje tem apenas duas matérias tratando diretamente do assunto.

O futuro da inteligência artificial é marcado por desafios. O pesquisador revela que o que se tem em mente para breve é um computador que trabalhe numa área mas possa se adaptar a outra. Por exemplo: hoje existem computadores eficientes para analisar empresas, auxiliar na aviação, parar trens e realizar outras funções. O que se espera é que logo um único computador faça tudo isso, mudando suas orientações de acordo com a tarefa a realizar. Num futuro mais distante, espera-se criar uma máquina capaz de

raciocinar, trabalhar em ambientes incertos, adaptar-se a esses ambientes, aprender sozinha e selecionar experiências, guardando só o que possa ter utilidade futura.

Desafio especial para os pesquisadores representa a criação de tradutores automáticos. O funcionamento adequado desses sistemas é prejudicado pela incapacidade dos computadores de contextualizar frases, como fazemos para obter o significado exato de uma palavra, mesmo que ela possa ter vários significados. Por exemplo: o computador jamais descobrirá, operando pela lógica da linguagem, se quem diz que vai "comprar o Jornal do Brasil" vai comprar um exemplar do jornal ou vai comprar a empresa da família Nascimento Brito. Entretanto, as pesquisas na área já conseguiram construir sistemas capazes de traduzir perfeitamente textos de campos específicos: dicionários especiais, com termos técnicos da medicina, por exemplo, permitem que nessas áreas a tradução ocorra praticamente sem erros.

Rogério Kiefer

Os sete tipos de inteligência

A palavra inteligência vem do latim *intelligere*, que quer dizer escolher entre, decidir. Mas não é só a capacidade de decisão que determina o quanto alguém é inteligente. A herança genética, a cognição e a personalidade também influenciam o grau de inteligência.

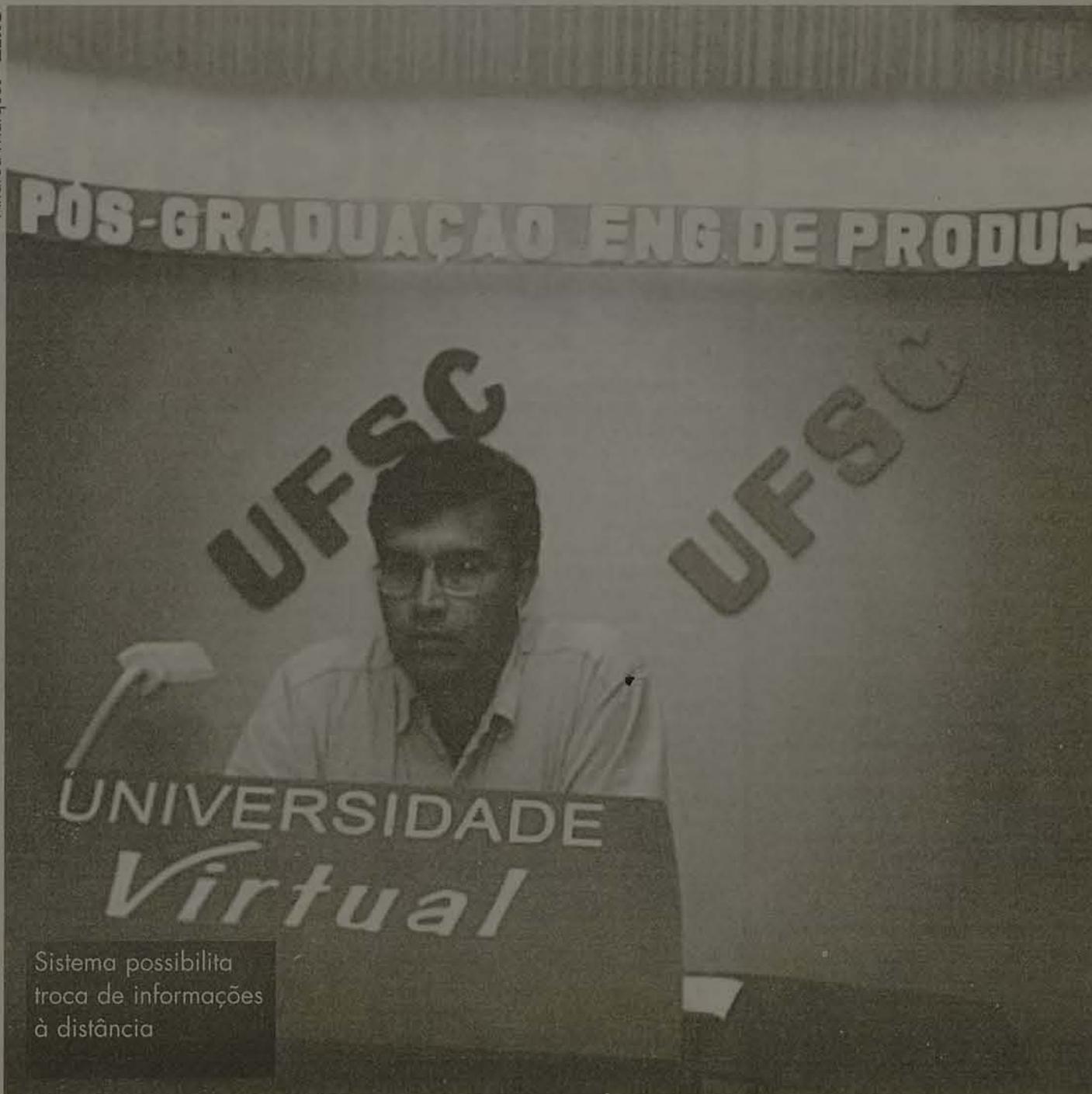
A psicologia apresenta sete tipos de inteligência, cada qual com suas características próprias: **musical**, facilidade de identificação de nós; **corporal-cinestésica**, controle dos movimentos do corpo; **lógico-matemática**, capacidade para resolver problemas numéricos; **lingüística**, criatividade para criar mensagens; **espacial**, facilidade com sistemas de mapas, como o jogo de xadrez; **interpessoal**, o conhecimento do outro; e **intrapessoal**, o conhecimento do interior de si mesmo.

A inteligência artificial é desde o início relacionada com a solução de problemas. As primeiras noções de IA foram formuladas em 1961 por Nowell e Simon, que criaram um programa para jogar xadrez.

Para resolver problemas uma pessoa age em duas etapas: entende o problema e elabora uma solução, a partir do grau de inteligência e das experiências prévias, registradas na memória. No caso do computador, a memória registra apenas os conhecimentos inseridos no programa. Um dos objetivos dos programadores é conseguir que as experiências passadas também sejam guardadas na memória da máquina, podendo ser resgatadas mais tarde para a solução de problemas parecidos.

Tatiana Ramos

Andrea Marques - ZERO



Valor dos precatórios não pagos é de R\$ 37,4 mi

Cálculos do governo indicam também sobre precatórios já quitados e usaram índices não reconhecidos pelo TJ

Paulo Henrique Sousa e Flávio de Sturze

Dos R\$ 552 milhões 152 mil que o governo do Estado vai arrecadar com a colocação de Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFTSC) no mercado, apenas R\$ 37.383.292,71 serão usados para pagamento de precatórios (dívida judicial). Isto porque este é o montante de precatórios ainda não pagos registrado no Tribunal de Justiça, com vencimentos em 1995 (R\$ 9.893.323,38) e 1996 (R\$ 27.489.969,33). Além disso, assegurou fonte do Tribunal de Justiça, não existe nenhum outro precatório do governo não registrado naquele poder. Restarão, portanto, R\$ 514.768.707,29 no caixa do Estado.

A operação foi aprovada pela Assembleia Legislativa e pelo Senado Federal, sem ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ao contrário do que afirmou o secretário de Governo, Milton Martini, o Banco Central não aprovou o pedido do Estado, pois não é função do banco, segundo assegurou ao I&C, por telefone, o chefe-adjunto do Departamento da Dívida Pública do BC, Ari Pereira da Cruz. O parecer do BC, porém, não sugeria a aprovação nem a rejeição do pedido.

O lançamento das LFTs é baseado no artigo 33 das Disposições Transitorias da Constituição Federal, que permitiu aos Estados parcelar o montante dos precatórios pendentes de pagamento até 5 de outubro de 1988. Mas no processo enviado pelo Estado ao Senado e ao Banco Central foram incluídos precatórios já

pagos, no valor de R\$ 40 milhões e 500 mil. Mesmo somando-se os pagos e os não pagos, o total de precatórios relacionados pelo governo no processo atinge apenas R\$ 77.883.875,34, conforme explicou o Tribunal de Justiça. O motivo pelo qual os precatórios pagos e não pagos foram incluídos numa mesma relação foi para atender uma solicitação da Secretaria da Fazenda, informou o Tribunal.

Para elevar a soma dos precatórios para R\$ 552 milhões 152 mil, o governo do Estado fez um cálculo que o próprio Tribunal de Justiça não reconhece para o pagamento dos precatórios. Segundo informou uma fonte do TJ, o governo pediu ao Tribunal que incluisse, na lista de precatórios, que ocupou 29 páginas do processo, uma coluna onde foram acrescentados outros índices, elevando o montante de R\$ 77.883.875,34 para R\$ 229.941.049,48. O TJ não considera este último valor para o pagamento dos precatórios, confirmando que só desembolsará para este fim os R\$ 37.383.292,71, assim que lhe forem repassados pelo Executivo.

Conforme o processo montado pelo governo, os R\$ 229 milhões são o total das sétima e oitava parcelas dos precatórios pendentes de pagamento até outubro de 1988, que teriam sido parcelados em oito vezes, naquela época, como determina a Constituição. Somados a R\$ 395.032.247,47, que o governo aponta como referentes às correções das seis parcelas anteriores, o valor dos precatórios subiria para R\$ 624.973.296,95, sempre conforme os cálculos do governo. Diminuindo-se o valor que o Executivo considera já ter pago, chega-se ao valor de R\$ 552 milhões 152 mil.

O Tribunal de Justiça não reconhece a inclusão da parcela paga, pois os precatórios não foram

incluídos numa mesma relação. O TJ não foi informado de nenhum parcelamento de precatórios. A resolução do Senado que autorizou o lançamento das LFTs diz que "os recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta". A líder do PT na Assembleia Legislativa, Ideli Salvati, sustentou que o parcelamento não foi feito.

Procurado desde sexta-feira retratada - dia 18 de outubro - o governo não explicou os cálculos que utilizou para chegar aos R\$ 552 milhões 152 mil. O secretário de Governo, Milton Martini, argumentou apenas que o processo havia sido aprovado pelo Banco Central e pelo Senado. O negociador da dívida do Estado, Marco Aurélio Dutra, estava na Secretaria da Fazenda na sexta-feira passada, mas não atendeu ao I&C.

NÃO CHEGADO

Segundo o chefe-adjunto do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Ari Pereira da Cruz, o BC toma como verdadeiras todas as informações contidas no processo. "Não temos poder de questionar o processo", justificou. Ele disse que o BC não faz a checagem das informações contidas nos processos apresentados pelos Estados.

Pelo Banco Central, todos os precatórios listados pelo governo do Estado ainda estariam pendentes de pagamento e seriam anteriores a 1988. "Tenho uma relação do Tribunal de Justiça e um ofício assinado pelo governador. Não temos ponto a auditar um documento oficial", declarou Ari Cruz. A fonte do Tribunal de Justiça contou que o governo simplesmente pediu uma relação de todos os precatórios existentes desde 1988, para que os pagos fossem incluídos na relação.

Central atesta que o Estado de Santa Catarina está "inadimplente" junto ao Sistema Financeiro Nacional, apesar de um documento assinado pelo governador Paulo Afonso Vitoria (PMDB) - anexado ao processo que o governo enviou ao BC - dizer o contrário. O BC alertou ainda que a operação "extrapou" o limite de Poupança Real do Estado, ou 16% da Receita Líquida Real - o que foi menor. O Banco aconselhou ainda que caso a operação fosse autorizada pelo Senado, a emissão das LFTs deveria ser feita "à medida que se fizerem necessários os recursos, realizando-se posterior comprovação de utilização dos mesmos para os fins a que se destinaram".

RECURSOS

A operação está na mira dos partidos que fazem oposição ao governo do Estado. O PT tem duas ações na Justiça catarinense: uma pede a anulação da sessão da Assembleia Legislativa que aprovou a emissão das LFT e outra que exige que o governo mostre o original do documento que em 1988, teria habilitado o Estado a lançar os títulos.

O procurador de Justiça Viemar Loeff deu parecer favorável à anulação da sessão, considerando que o Regimento Interno da Assembleia não foi respeitado. O projeto tramitava na Comissão de Finanças quando foi votado em plenário, depois da aprovação da urgência. O procurador observou que o projeto só poderia ter sido votado na sessão seguinte em que o acionamento de urgência fora aprovado.

O bancada federal do PPB prepara uma ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). O partido considera que há "falha" no processo, já que o governo até agora não mostrou o original da ordem de

Candidatos voltam amanhã ao rádio e TV

Júlio Franco, de Joinville

Os candidatos à Prefeitura de Joinville reapareceram amanhã na televisão e no rádio, com mais 15 dias de programação gratuita. Eni Voltolini, candidato do PPB, deve adotar uma linha mais otimista e bem humorada nos programas. O candidato do PMDB, Luiz Hen-

campanha do candidato do PPB aposta num programa mais leve, onde a apresentação de propostas dará o ritmo e usará mais recursos incisivos para obter o poder de evento. O candidato do PPB também terá nos teleprogramas os depoimentos dos partidos que dão apoio a Eni Voltolini.



A ciência de trabalhar com todo conforto

Quando surgiu, em 1949, na Inglaterra, a ergonomia tinha como objetivo humanizar o trabalho, tornando-o mais produtivo. Para isso, tratava de adaptar as máquinas à anatomia e fisiologia dos trabalhadores, levando em conta a estrutura neuro-muscular, o metabolismo, a postura e os cinco sentidos das pessoas.

Atualmente, a pesquisa ergonômica cuida também dos ambientes de trabalho, envolvendo conhecimentos de psicologia. A temperatura, os ruídos, as vibrações, as cores e a iluminação são estudados para evitar o stress e a monotonia ou para aumentar a motivação do trabalhador. Nesse ponto, a ergonomia supera a psicologia cognitiva, porque considera as diferenças individuais e está mais próxima dos acontecimentos e preocupações cotidianos.

Para alcançar bons resultados na pesquisa e na produção ergonômicas, reúnem-se profissionais de diferentes áreas: médicos identificam locais que provocam acidentes ou males ocupacionais e realizam acompanhamento de saúde; analistas de trabalho estudam métodos, tempos e postos de trabalho; psicólogos estudam formas de tornar mais agradável o ambiente de trabalho; engenheiros de segurança e manutenção identificam e corrigem condições insalubres e perigosas; engenheiros ajudam no aspecto técnico, modificando as máquinas e os ambientes; desenhistas industriais adaptam máquinas e equipamentos, projetos de postos de trabalho e sistemas de comunicação; programadores de produção podem criar fluxo mais uniforme de trabalho, evitando sobrecargas e jornadas noturnas; e administradores responsabilizam-se por planos de cargos e salários justos, que motivem o trabalhador.

A crescente exigência de melhores condições de trabalho e qualidade dos produtos deve favorecer muito o desenvolvimento da ergonomia. Os sindicatos e os consumidores pressionam as indústrias: características ergonômicas representam, então, vantagem competitiva.

A primeira denúncia saiu discretamente num jornal econômico catarinense

A anatomia de um furo

cópia do projeto enviado ao Senado, em que constava essa relação. Como foi publicado no I&C de 28 de outubro, o valor real da dívida catarinense relativa a precatórios era de R\$ 37,4 milhões. Mas a lista incluía valores já pagos e outros reajustados.

No mesmo dia 28, Beth enviou a *O Estado de São Paulo* a sua matéria com as mesmas informações. Os jornalistas cedaram ainda pautas com as indicações básicas do assunto às revistas *Veja*, *Isto é*, *Carta Capital* e ao jornal *O Globo*. Ninguém se interessou pela publicação.

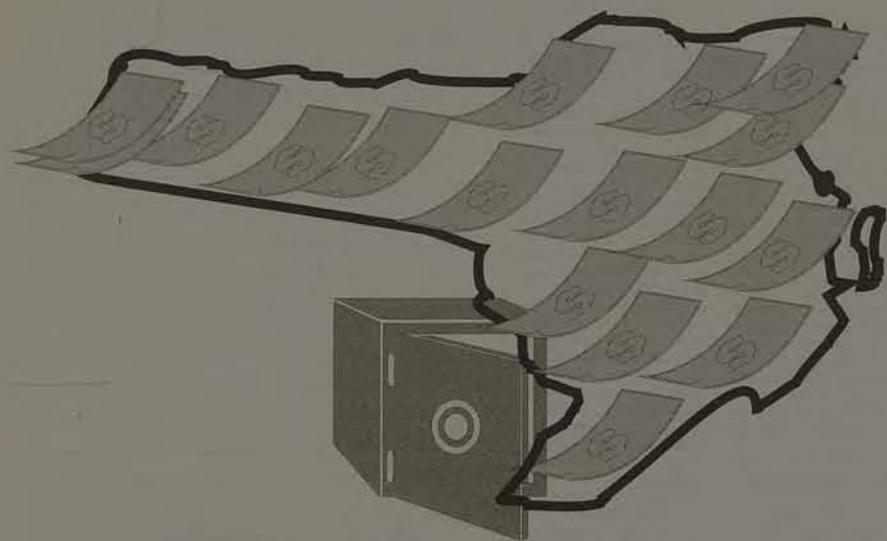
Silêncio - A posição do Governo estadual era permanecer em silêncio. Sturze esperou uma tarde inteira na Secretaria da Fazenda para entrevistar o Secretário, Oscar Falk, e o coordenador da dívida pública, Marco Aurélio Dutra. Recebido apenas no final do expediente, chegou a ter um bate-boca com este funcionário.

No entanto, na entrevista, os homens do governo deram pela primeira vez sua versão do processo. Disseram que R\$77 milhões correspondiam às duas últimas parcelas das supostas oito em que havia sido dividida a dívida. Os reajustes desse valor elevariam a conta para R\$229

milhões. A outra parte dos R\$600 milhões seria o reajuste das seis primeiras parcelas. Soube-se depois que esses números eram resultado da fantasia matemática de Wagner Ramos e do Banco Votor.

Mérito paulista - A matéria do I&C não teve repercussão e a do *Estado de São Paulo* não foi publicada. Só no dia 2 de novembro o jornal paulista publicaria a primeira reportagem sobre o assunto, com as informações apuradas em Santa Catarina respaldadas por declarações do Senador Wilson Kleinubing. Dali em diante, o Estadão iria distribuir as informações de Beth, Sturze e Sousa em matérias assinadas por jornalistas de São Paulo e de Brasília.

Indústria & Comércio passou a censurar matérias contra o Governo do Estado. Ao mesmo tempo, a investigação voltou-se para o mercado financeiro, o que dificultou apurações em Santa Catarina. "Tínhamos a informação de que uma empresa de São Paulo havia forjado os cálculos dos precatórios, mas não conseguimos provar isso aqui em Santa Catarina", diz Souza. "Só depois foi descoberta a ligação com o Banco Votor".



A arte de perder dinheiro com um estado generoso

As comissões parlamentares de inquérito dos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina que investigam a emissão de letras para o pagamento de precatórios têm questionado outras operações financeiras feitas por estes estados, como a venda de debêntures de empresas estatais e antecipações de receita orçamentária, as AROs. Em Santa Catarina, porém, sabe-se que o estado perdeu dinheiro neste tipo de transação desde o primeiro semestre de 96.

Ano passado, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina instalou uma CPI para investigar as contas do governo estadual. A partir de 1995, o estado passou a pagar com atraso o funcionalismo e deixou de repassar aos órgãos e autarquias um total de R\$ 47,5 milhões. Alegando falta de dinheiro, iniciou um processo de endividamento no qual vendeu R\$ 100 milhões em debêntures da Celesc e financiou R\$ 320,5 milhões em operações de ARO, pagando juros mais altos que outros estados em transações semelhantes.

Perder dinheiro - As conclusões do relatório de setembro do ano passado da CPI da Transparência apontam irregularidades nos contratos e mostram que Santa Catarina especializou-se em perder dinheiro. No caso das AROs, o estado chegou a pagar juros de 2,9% ao mês, frente a média de 2% de outros estados.

Essas operações chegaram a R\$ 320 milhões, dos quais R\$ 90 milhões com o Banco do Brasil. O restante ficou sob responsabilidade dos bancos BMC e BMG, contratados por apresentarem as menores taxas, 1,7%, na licitação. O problema é que os contratos previam que as instituições poderiam rever as taxas de juros, bastando para isso que o estado não quitasse os empréstimos em 30 dias. Os juros foram elevados a 2,9% ao mês.

Já o lançamento de debêntures da Celesc, para o qual foi criada a Invesc,

Santa Catarina Participações e Investimentos, foi qualificada no relatório como uma "ação entre amigos". A permissão para a venda de 10.000 debêntures conversíveis em 29,5% do capital da Celesc é do dia 15 de dezembro de 1996, sexta-feira. Na segunda, 18, todos os papéis tinham sido negociados.

Os R\$ 100 milhões conseguidos por essa operação foram repassados ao estado. A CPI apurou que trata-se de algo como empréstimo a fundo perdido, já que o governo estadual não teria a obrigação de devolver esses recursos à Invesc. Logo, as debêntures jamais seriam resgatadas dos compradores, mas convertidas em ações, caracterizando a transação como uma forma disimulada de privatização.

Sobre o assunto, a *Gazeta Mercantil* publicou, em 14 de maio do ano passado, que a Previ adquiriu 70% das debêntures. Convertidas e somadas com outros 12,6% de ações ordinárias já em poder do fundo de pensão, chegaria a um terço do capital da Celesc. Por isso, desde aquela data, a Previ contava com um representante no conselho administrativo da estatal.

Em silêncio - Apesar das informações levantadas, a repercussão foi mínima. O relatório, assinado pelos deputados do PPB Gilson dos Santos, Leodegar Tiscoski e Ivan Ranzolin foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado, e será levado em consideração no fechamento das contas do governo de 1996. Quanto à Invesc, já havia sido aprovada na AL operação semelhante a da Celesc com o lançamento de debêntures da Casan. A aprovação só foi revogada a pedido do Partido dos Trabalhadores, que contou com a desconfiança que paira sobre títulos públicos e com o isolamento do PMDB diante da CPI das letras.

Gladinston Silvestrini

Do campo à Universidade, o grande salto de Marilene

Simplicidade. Essa é a primeira impressão que se tem ao conhecer Marilene Meurer, de 31 anos. O comportamento, as roupas que usa, as mãos e o sotaque revelam alguém especial. Caloura no curso de Serviço Social da UFSC, desde março ela trocou o trabalho no campo pelos estudos e pela esperança de "saber o que o povão pensa, ajudar os menos favorecidos".

Antes de Florianópolis, Marilene vivia com sua família em um sítio, distante do centro de Urubici, SC. Desde criança teve que cuidar da casa e dos irmãos mais novos, enquanto a mãe trabalhava na roça. Aos sete anos começou a estudar em uma escola estadual.

"Graças a Deus" - Férias, para ela e sua família é sinônimo de inverno. O período que mais trabalham é na estação quente. O dinheiro arrecadado é utilizado nos meses restantes: "Tem ano que dá, tem ano que não. A gente tem que remar e sobreviver com aquilo que tem". Nunca chegaram a passar fome, "graças a Deus", mas várias vezes enfrentaram sérias dificuldades. Foi num desses tempos difíceis que Marilene teve que desistir da escola, na sexta série, para ajudar a família.

Aos 27 anos decidiu voltar a estudar: "Vivendo como agricultora tu não és respeitada. As pessoas precisam do que tu produzes e mesmo assim não te respeitam. Até na nossa comunidade riem do agricultor de pé rachado e mãos calejadas. Voltei a estudar porque gostava muito e precisava ser respeitada".

Foi uma luta retornar aos estudos, em uma sala com pessoas bem mais jovens e sem se lembrar de mais nada das matérias do primário. Na primeira prova de Português tirou 3,4 e achou que deveria desistir. Não desistiu e em pouco tempo era considerada líder de classe. O segundo grau também foi difícil. Quando conseguia um espaço entre a escola e as tare-

fas domésticas, preparava-se para o vestibular, sob o olhar descrente de muitas pessoas.

Marilene considera-se uma pessoa calma. Não costuma sair à noite nem tem muitos amigos em Urubici. Na adolescência, saía com seu irmão, mas pouquíssimas vezes. A diversão era visitar os vizinhos e ir à Igreja no domingo de manhã. Em uma cidade do interior que supervaloriza o casamento, diz que a pressionaram para não ficar solteirona, mas nunca se importou com isso. Para ela, os tempos evoluíram e as pessoas devem casar-se no momento certo e não por imposição da sociedade.

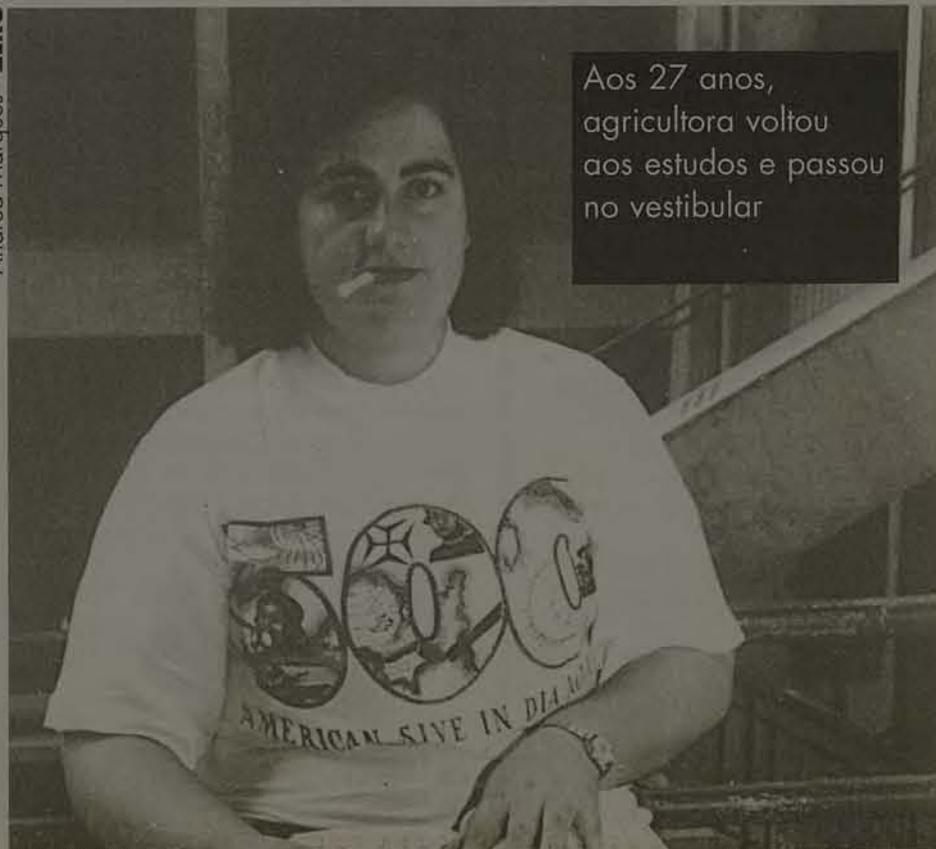
Enfim, caloura! - "Foi a maior alegria da minha vida", relata Marilene, lembrando o dia em que viu o resultado do vestibular no jornal. Ela ainda está em processo de adaptação em Florianópolis. Além de grande, acha a cidade suja: "Não é fácil viver aqui, principalmente longe da família. Sempre estou preocupada com meus pais. Apesar de todas as dificuldades, não quero parar de estudar até me formar. Tenho muitos colegas que me respeitam e estão me ajudando. Acho que em Urubici seria mais difícil conseguir essa ajuda."

Atualmente, Marilene mora com uma senhora viúva, amiga da família, e está procurando emprego para ajudar nas despesas. Não faz planos para não se decepcionar: "Naquela vez eu queria continuar estudando até o fim e não deu. O que eu espero é me formar e ter onde trabalhar. Todo mundo está estudando e não sabe se vai ter trabalho. Não deveria ser assim".

O sonho de Marilene é, no futuro, poder ajudar os pais a terem vida mais tranqüila. Para conseguir isso, ela declara que a luta está apenas começando.

Carline Piva

Andrea Marques - ZERO



Aos 27 anos, agricultora voltou aos estudos e passou no vestibular

Time de ex-técnicos cursa jornalismo. O que seria orgulho para os cursinhos, é desvio de função para ETFSC.



Com 250 mil habitantes, Florianópolis rema contra a maré

Cefet, nossa terceira universidade pública

Florianópolis vai ter ainda este ano a sua terceira instituição pública de ensino superior. A Escola Técnica Federal de Santa Catarina vai virar Cefet e assim se juntar à UFSC e à Udesc. A lei 8.948 do ano de 1994 regulamenta a transformação das 19 escolas técnicas federais do Brasil - entre elas a catarinense - em centros federais de ensino técnico (Cefets), que oferecem cursos em nível médio e superior. Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Paraná e Rio de Janeiro são os estados brasileiros que já possuem um Cefet.

A Escola Técnica Federal de Santa Catarina está em processo de transição e este ano recebe verbas de reforço. São R\$500 milhões (250 milhões do Banco Mundial e 250 milhões do Governo Federal) destinados a todas as escolas técnicas federais. Esse dinheiro vai ajudar na implantação dos centros e, de certa forma, contraria a política do governo federal de redução de investimentos no ensino superior.

Segundo a diretora da Escola, Soni de Carvalho, o título de Cefet ainda depende de parecer positivo do Conselho Nacional de Educação. Mesmo assim, já são oferecidos quatro cursos em nível superior, nas áreas de segurança do trabalho, processamento de dados, eletromecânica e enfer-

magem. Outros três devem ser oferecidos a partir do próximo semestre: mecânica, eletrotécnica e manutenção de equipamentos odontológicos e médicos. "A grande diferença entre o ensino dado nos Cefets e o ensino das universidades é que há uma verticalização do ensino técnico, ou seja, a formação do tecnólogo", destaca a diretora.

O diretor regional do Senai, Otávio Ferrari Filho, diz que essas mudanças vêm ao encontro das expectativas das indústrias. "As empresas precisam cada vez mais dos tecnólogos, que têm espírito mais prático do que os engenheiros, que têm formação voltada aos estudos científicos".

Ferrari considera que certamente há vagas nas indústrias para alunos formados em instituições como a Escola Técnica Federal. Em 95 foram formados ali 700 técnicos e, no mesmo período, 674 conseguiram vagas para o estágio obrigatório. Quanto ao aumento da procura dos cursos da UFSC pelos formandos em segundo grau pela Escola Técnica, o diretor do Senai faz uma crítica: "Então, para que ser técnico?"

Rodrigo Faraco

Em matéria de vestibular, ETFSC aprova mais do que cursinhos

A Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC) olha com desgosto um título que é o sonho de muitos donos de cursinhos pré vestibulares catarinenses. Desde 1995, ela aparece no relatório da Comissão Permanente de Vestibular da UFSC como a terceira escola que mais aprova alunos no concurso. A ETFSC fica atrás apenas dos colégios Geração e Decisão, e está mais bem colocada que os conceituados Instituto Estadual de Educação e Catarinense. E há três anos, sua posição era ainda melhor: ocupava o segundo lugar. Acontece que a função da escola é a de formar técnicos, e não preparar alunos para um curso superior.

Para resolver esse desvio de função, que acontece com escolas técnicas por todo o Brasil, o governo federal preparou uma saída - a partir do próximo ano, o ensino profissionalizante estará desvinculado do de segundo grau. Disciplinas de conhecimento geral, como português, geografia ou história, vão gradativamente desaparecer do currículo das ETF's. No caso catarinense, onde há paridade entre o ensino técnico e o básico, a

previsão para 1998 é de uma redução pela metade da carga horária dessas matérias. O Núcleo Comum, como são chamados os dois primeiros semestres que concentram a maior parte das aulas básicas, vai ser extinto, e o aluno começará diretamente no curso técnico que escolher.

Mas, para ingressar nessa nova Escola Técnica, o interessado terá que fazer mais do que passar no exame de seleção. Ele deverá obrigatoriamente estar cursando, ou já ter concluído, o segundo grau em outra escola. Wilson Zapelinni, assessor de ensino da ETFSC, acredita que dessa forma só vai entrar na escola quem quiser realmente trabalhar na área técnica. Assim, o Governo acredita que serão melhor empregados os R\$ 2.500 gastos anualmente por aluno para formar aquele profissional que em uma empresa é o intermediário entre um engenheiro e trabalhadores menos qualificados.

Rodrigo Faraco
Romeu Martins



Samantha Lopes - ZERO

Dos sambaquis à explosão demográfica

A ocupação européia das terras da Ilha de Santa Catarina começou em 1747, com a chegada dos açorianos. Antes disso, habitavam a região os índios carijós, agricultores descendentes do ilhéu pré-histórico, que pescava e coletava mariscos construindo sambaquis com as espinhas e conchas. Atualmente, Florianópolis abriga uma população flutuante, que no verão pode passar de 420 mil habitantes.

Os turistas costumam ficar em hotéis ou nas casas da população permanente do município, que, de março a dezembro, é de cerca de 250 mil pessoas. Os números parecem modestos em relação a outras capitais, mas eles escondem o processo de explosão demográfica a que a cidade, ocupando originalmente pequena parte da Ilha de Santa Catarina e uma faixa estreita do Continente, tenta se adaptar. Há pouco espaço para construção nas áreas de ocupação tradicional, e muitos fazem hoje moradia nas praias antigamente destinadas ao veraneio.

Desde a época das capitânias hereditárias, a distribuição do território florianopolitano e da população sobre ele vem seguindo normas que mudam com o tempo. Quando D. João III incluiu a ilha na Capitania de Santo Amaro, deixando-a aos cuidados de Pero Lopes, ainda estavam por vir algumas brigas de poder que a fariam passar de mão em mão até parar nas do Marquês de Cascaes. Na confusão, ninguém se lembrou de demarcar o território catarinense, fato que gerou, no Império, discussões envolvendo a província de São Paulo.

Como no resto do Brasil, os portugueses chegaram à Ilha de Santa Catarina dispostos a colonizá-la: afastaram os índios, tomaram suas terras, aprenderam a pescar - nos Açores viviam da agropecuária - e formaram as primeiras vilas. Quando a sobrevivência começou a ficar difícil, foram gradativamente se mudando para o centro.

Hoje em dia, muitos pescadores do interior da ilha ainda esperam pela possibilidade de vender as casas para os turistas e tentar um emprego na cidade. Alguns grupos de assistência social denunciam a exploração a que eles são submetidos: entusiasmados com o que lhes parece uma fortuna, os pescadores entregam seus bens aos turistas por quantias muito inferiores ao valor de mercado. Em certos casos, acabam em favelas como a da Via Expressa continental, junto com migrantes do Oeste do Estado.

O crescimento populacional - tanto no centro, quanto nas praias - tem motivado constantes propostas de alteração do plano diretor da capital. A polêmica atual trata exatamente de assuntos ligados ao tema "ocupação de terreno". Entre outros, existem projetos para o aumento do limite de andares dos prédios e para modificar o artigo que determina o máximo de área que se pode construir num lote. É uma discussão pela qual a população só começou a se interessar na década de 70.

Uma beira mar sem os espigões

Governo jura que dessa vez não dá terreno para os apês de luxo

Muita gente se pergunta se a Via Expressa Sul não vai acabar virando uma Beira Mar Sul, cheia de prédios como a sua irmã do Norte, onde muitos edifícios foram construídos sobre terrenos do Estado e até hoje permanecem em semi-legalidade. Isto até pode acontecer mas o Governo jura que não vai. O gerente de Meio Ambiente do DER, Valmir Antunes da Silva, afirma que a área não foi liberada a construção civil, e que, mesmo que isso fosse permitido, o espaço compreendido entre a Via Expressa e a Avenida Jorge Lacerda (atual acesso ao aeroporto) é muito pequeno.

A FATMA e o IBAMA só aprovaram o aterro e a construção da Via Expressa por considerarem que a obra não traria impactos relevantes ao meio ambiente. Originalmente, o espaço pertencia ao Governo Federal, por ser orla marítima, e foi cedido ao Estado somente para a construção da via e da área de lazer. Quem

determinou isto foi o Serviço de Patrimônio da União (SPU); somente uma lei federal pode mudar o destino da área.

A manutenção de toda a estrutura da Via Expressa Sul ficará por conta do DER, que pode fazer um convênio com a Prefeitura. O terreno não pode ser doado nem vendido para particulares. Qualquer mudança no projeto tem que estar dentro das normas determinadas pelo SPU.

E se o governo resolvesse liberar a área para construções? O terreno seria apropriado, mesmo com tanta areia de praia? Com a tecnologia atual, sim. Segundo o engenheiro Luciano Presta precisariam ser feitas perfurações para se chegar à terra fixa. Mas estas perfurações poderiam ultrapassar 20 metros de profundidade, o que encareceria a obra.

Deluana Buss
Josette Goulart

Anita Dutra

Pelo projeto original, serão criadas alternativas de lazer

Além do acesso rápido ao Sul da Ilha, a implantação da Via Expressa Sul promete aos florianopolitanos alternativas de lazer. Para não tornar ociosa a área entre a Avenida Jorge Lacerda e as pistas do novo acesso, o projeto original prevê a construção de praças, campos de futebol e até de novas praias, além da recuperação dos ecossistemas nativos (mangue e restinga). A preocupação sócio-ambiental é comum em projetos do porte da Via Expressa Sul. Entretanto, o que é previsto antes do início das obras raramente equivale à realidade que se enxerga depois da conclusão.

Em Florianópolis, alguns exemplos de promessas não cumpridas podem ser observados nos pontos de ligação entre a ilha e o continente. A cabeceira insular da Ponte Colombo Sales, por exemplo, recebeu um jardim projetado pelo paisagista Burlé Marx. Algum tempo depois, o jardim foi parcialmente destruído para construção de uma pista de trânsito para ônibus. Restam hoje no local alguns tocos de

árvores e um matagal. No lado do Continente, a ponte começa num terreno baldio que só tem utilidade para os circos e parques de diversão que, de vez em quando, lá se instalam.

A cabeceira da vizinha ponte Hercílio Luz, lado da ilha, não tem melhor aproveitamento. O local, que deveria ser um parque turístico, funcionando como opção para os visitantes nos dias de chuva, serve de estacionamento para dois hotéis dos arredores.

Atualmente há muita especulação sobre o aterro da Baía Sul, junto ao centro. Há 21 anos, uma lei proíbe qualquer tipo de edificação na área, mas, desde então, o aterro já recebeu, a título de exceções, o Terminal Rodoviário Rita Maria, a Passarela de Samba Nego Querido, A Estação de Tratamento de Esgotos da Capital e uma feira permanente de hortaliças.

No ano passado, a Prefeitura lançou um concurso a fim de escolher um projeto de reurbanização para a área do aterro.

Um júri formado por 13 representantes de várias áreas de interesse elegeu três propostas. Todas salientam a proteção à natureza e a necessidade de áreas de lazer. Com a mudança da administração municipal, o processo foi atrasado, mas a definição deve acontecer ainda em abril. A partir daí, em um mês e meio a proposta escolhida estará sendo avaliada pela Câmara de Vereadores.

Dentre as áreas de preservação ambiental de Florianópolis, a Fundação Florianopolitana de Meio Ambiente - Floram -, da Prefeitura, é responsável pela proteção de quatro espaços: Lagoa do Peri, Maciço da Costeira, Lagoinha do Leste e Praia da Galheta. Em nível estadual, atuam no município dois órgãos ambientais: a Fatma, que mantém vigilância sobre a Estação da Ponta dos Naufragados e a Cidasc, que fiscaliza o Horto de Canasvieiras e o Parque do Rio Vermelho. O Ibama, instituto responsável no âmbito nacional, tem três áreas sob seus cuidados: o Parque Ecológico do

Córrego Grande, a Estação Ecológica de Carijós, em Jurerê, e a Reserva Extrativista do Pirajubaé, na Costeira.

“O problema são os poucos espaços de preservação ambiental que existem próximos ao centro, o que reduz gradativamente a qualidade de vida da população urbana de Florianópolis”, diz o arquiteto Paulo R. Rocha. Com as necessidades da vida moderna e o crescimento da cidade, essas áreas (praças e parques florestais) estão se tornando insuficientes, apesar da proximidade das praias.

Um projeto como o da Via Expressa Sul contribui para com esse quadro, visto que implica transformar o relevo natural. As promessas para o aproveitamento da área intermediária acabam, por fim, significando algo mais do que a preocupação com o aumento do espaço verde. Servem como uma espécie de compensação pela mudança radical da paisagem.

Anita Dutra

De aterro em aterro a cidade ganha prédios e espaços baldios

Via Expressa Sul

A população de Florianópolis já está se acostumando com as obras de aterros. O primeiro foi o da Baía Sul, em 1974. Depois, em 1980, construíram a Beira Mar Norte, que tomou mais uma parte do mar que circunda a Ilha. E quase no final da década de 90 mais um aterro vai ser entregue à população: é a Via Expressa Sul, que vai ocupar uma área de 1.200 mil metros quadrados entre o Saco dos Limões e a Costeira do Pirajubaé.

O aterro faz parte do complexo Via Expressa Sul, que compreende uma autopista de seis quilômetros ligando o Centro da cidade ao Trevo do Rio Tavares, que dá acesso ao aeroporto e às praias do Sul. O projeto da rodovia consiste em duas pistas com três faixas de rolamento cada, seis viadutos, dois túneis paralelos entre a Prainha e o Saco dos Limões, e um aterro hidráulico (vide infográfico). Na parte que não vai ser ocupada pelas pistas, a idéia é de se fazer uma área de lazer para a comunidade.

Mas o projeto urbanístico para aquela área nem sempre envolveu o lazer. No original, que data de 1978, estava prevista uma área de aterro bem maior onde seriam construídos prédios de 50 andares. Considerado faraônico, o projeto foi vetado, e a área foi considerada não edificandi pelo Ibama e a Fatma. A proposta atual para a urbanização do aterro está sendo desenvolvida pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER) em conjunto com a Consultora Figueiredo Ferraz.

Como vai ficar - O projeto, que deve ficar pronto ainda este semestre, já

está praticamente definido. São dois campos de futebol, quadras polivalentes, pequenos bosques, praças e duas colônias de pescadores, uma na Costeira e outra no Saco dos Limões. A idéia também é recuperar algumas praias e introduzir plantas nativas da região na orla marítima.

De acordo com Valmir Antunes da Silva, gerente de Meio Ambiente do DER, a região já está com 15 centímetros de mangue que surgiram naturalmente depois do aterro. Para evitar que o mangue ocupe toda a área de praia, estão sendo introduzidas vegetações intermediárias, as restingas.

Esgoto - O grande problema para se implantar praias no local é a poluição. Atualmente a água é imprópria para banho, mas a situação já foi pior. Segundo Valmir, quando o aterro foi feito, detritos acumulados no fundo do mar foram encobertos, acabando assim com a maior parte da sujeira. A poluição vem do esgoto não tratado jogado direto no mar.

Uma das maiores preocupações da comunidade da Costeira do Pirajubaé é justamente esta. Com o aterro, o mar não vai mais levar para longe este esgoto, ficando então depositado em uma grande vala próxima às casas dos moradores. Segundo Salvelina da Rosa, diretora de Urbanismo e Meio Ambiente da Amocop (Associação de Moradores da Costeira do Pirajubaé), as três ligações que vão ser feitas entre a vala e o mar não serão suficientes. Já que o esgoto do Saco dos Limões será levado para o sistema de tratamento insular, no Aterro da Baía Sul,

ela pleiteia que o mesmo seja feito com o da Costeira

A previsão é de que o complexo Via Expressa Sul fique pronto até julho do ano que vem. Segundo Luciano Presta, superintendente para a construção da Via Expressa Sul, 65% dos trabalhos já foram executados. O custo inicial da obra era de R\$30 milhões e, com a inflação, de acor-

do com Presta, foi reajustado para R\$40 milhões. Atualmente as obras estão quase totalmente paralisadas por falta de pagamento do Governo do Estado, o que pode prolongar o prazo de conclusão da via.

Deluana Buss
Josette Goulart



Dos romances populares às salas dos executivos Platão, quem diria, está na última moda



As listas de *best sellers* raramente trazem surpresas: são livros místicos ou sobre prodígios, relatos de grandes desastres ou melodramas complicados como as novelas de televisão. O grande fator de vendas costuma ser o nome do autor. No entanto, durante meses, entre os mais vendidos no Brasil, esteve o livro de um desconhecido norueguês, Jostein Gaarder - um calhamaço de 555 páginas onde, justificada muito frouxamente pela história de uma adolescente, discute-se nada mais nada menos do que Filosofia.

Mas não é só o êxito editorial de *O mundo de Sofia*. As grandes companhias incluem filósofos, de Platão a Wittgenstein, no currículo de seus cursos de treinamento para executivos. Temas filosóficos como a ética passam a ser discutidos amplamente nos lugares menos esperados, como nas reuniões de empresários. Um forte movimento internacional pretende ensinar Filosofia desde as primeiras séries do primeiro grau.

O que justifica esse renascimento do "amor à ciência" que tanto distinguiu a cultura grega de todas as outras da antiguidade? Seria a desmitificação das teorias religiosas pelo avanço do conhecimento científico a razão de tanta gente buscar explicações na Filosofia? O Dr Alberto Cupani, professor do Departamento de Filosofia da UFSC, diz que filosofar é um hábito corriqueiro, que se manifesta, por exemplo, toda vez que a pessoa reflete sobre o que seria o funda-

mento de alguma de suas crenças sobre o mundo. Por outro lado, diz ele, "é possível que os problemas sociais, a luta por mais justiça, também torne questões filosóficas assunto de maior interesse". A vendagem espetacular de *O mundo de Sofia* exprimiria maior sensibilidade social, numa época em que as desigualdades parecem impossíveis de eliminar.

Os fenômenos da vida e do mundo eram, na Idade Média, explicados pelas ideologias religiosas. A racionalidade ocupou espaços crescentes do conhecimento depois daquela época, mas muitas pessoas ainda vêm o mundo a partir da religião e a partir dela procuram questionar as ciências. Mas Cupani prefere dizer que "hoje há também maior sensibilidade filosófica, que tem a ver com um conflito entre quais seriam as melhores maneiras de explicar o mundo da natureza e o mundo social".

Por que isso parece um renascimento? Cupani explica que a doutrina chamada de positivismo, que influiu muito no desenvolvimento da ciência em época recente, foi responsável por uma espécie de esquecimento da Filosofia, que agora retorna, no momento em que assistimos a uma crise de tudo que consideramos ideais da modernidade, entre elas o governo da razão. As pessoas se perguntam o que é afinal razão, racionalidade. E essa é uma questão nitidamente filosófica.

Josemar Nepomoceno

Um curso livre sobre um certo Wittgenstein

Quinze pessoas reúnem-se duas vezes por semana numa sala da UFSC para tentar compreender a obra de um dos mais citados e mais complexos filósofos do início deste século, Ludwig Wittgenstein. O curso de extensão, aberto à comunidade, trata especificamente do livro que celebrizou o autor austríaco, o *Tractatus logico-philosophicus*, de 1921, a única obra dele publicada em vida. As Investigações filosóficas só saíram em 1931, dois anos depois de sua morte.

Segundo o Professor Renato Machado, que ministra o curso, Wittgenstein defende a idéia de que a Filosofia não deve ser compreendida como corpo teórico, mas como atividade de análise da linguagem. O Professor Luiz Henrique Dutra, também de Departamento de Filosofia da UFSC, lembra que os problemas da metafísica - por exemplo, se existe mundo real ou se o que vivemos é um sonho - são, para o autor do *Tractatus*, falsos problemas. Isto porque "não podem ser resolvidos, uma vez que a linguagem humana não é suficiente para exprimir certas coisas e descrever o mundo em sua totalidade".

Essa visão levou à Filosofia analítica, que investiga o que pode e o que não pode ser conceituado pelo discurso. Ela convive com outra escola muito preocupada com a linguagem, a Fenomenologia. Esta, diz Dutra, "trata da elaboração conceitual de problemas relacionados às áreas da metafísica e da estética, parecendo-se muito mais às ciências exatas do que ao misticismo".

Atualização - O Departamento de Filosofia propôs à Secretaria de Educação do Estado a realização de um curso de atualização em Filosofia para professores do 2o. grau. A idéia é propor a discussão de textos filosóficos integrados com as demais disciplinas, de modo que os alunos percebam o sentido em que a Filosofia pode ser útil. As questões de estética seriam relacionadas com as aulas de Literatura; a lógica associada à Matemática e ao ensino da gramática; a filosofia política às aulas de História e a filosofia da ciência às de Biologia, Física e Sociologia.

O Departamento pretende atender professores das redes pública e particular.

Michelle Pires de Araújo



Colégio aposta no ensino de filosofia para o primeiro grau

Andrea Marques - ZERO

A ciência ganha as cabeças, mas não alcança corações

"A ciência conquistou o seu lugar na sociedade, mas não no coração dos homens", diz Orlando Tambosi, jornalista com doutorado em Filosofia. "Daí o fervilhar de seitas místicas, que renegam ou demonizam a ciência e a técnica. Daí também o apelo de algumas vagas filosofias, que são mais propriamente ideologias, pretendendo um saber acima do conhecimento científico."

Explica Tambosi, professor do departamento de comunicação, que filosofia e religião estiveram intimamente ligadas na Antigüidade. Antes de Sócrates, a ética, determinada pelos filósofos, dizia o que os homens deveriam ou não fazer para evitar a punição pelos deuses.

A partir de Sócrates, a

Filosofia sofreu um deslocamento, de modo que o homem passou a ser sua área de interesse principal. Platão consideraria o mundo real "mera sombra de idéias" e Aristóteles, o último dos três grandes filósofos clássicos, continuaria a estudar o mundo das coisas. Dentre eles, foi Platão quem abriu o caminho à fusão entre a teologia e a filosofia, por toda a Idade Média.

Na verdade, diz Tambosi, "quanto mais a ciência avança, mais causa desconforto ao homem": não é fácil aceitar que cada um de nós é uma criatura entre bilhões que habitam um pequeno planeta perdido no infinito. "Fica impossível explicar tudo em função do homem. E só resta o conforto do misticismo."

Michelle Pires de Araújo

Ética: além das regras, é necessária reflexão

A ética é o ramo da Filosofia que mais se questiona na atualidade. O

Jornalista José Francisco Karam, professor do Departamento de Comunicação da UFSC e consultor para o assunto da

Federação Nacional dos Jornalistas, lançou, em março, um livro, *Jornalismo, liberdade e ética*, no qual afirma que a ética não pode reduzir-se a um conjunto de regras - os códigos de ética - por mais completo e adequado que seja. Ele acha necessária uma reflexão permanente.

Analisando a Ética no trabalho da imprensa, Karam afirma que é importante refletir sobre o prejuízo social causado por

determinados procedimentos profissionais - por exemplo, o uso de microcâmaras para colher imagens jornalísticas. Não se trata simplesmente de proibir essa prática: Jornalismo é interesse público e, portanto, desde que seja para desmascarar alguém que está prejudicando a sociedade, é ético o uso do equipamento, embora a pessoa filmada não autorize as imagens.

Cláudio Abramo, um dos reformadores da imprensa de São Paulo, na década de 70, dizia que a ética do cidadão e do jornalista era a mesma. "Nada mais falso", diz Karam. Os interesses do cidadão e do jornalista são diferentes, porque o Jornalismo trabalha com o interesse coletivo, não individual. "Nos últimos cem anos, a ética do Jornalismo evoluiu. Mas é sempre fundamental refletir sobre o que, no Jornalismo, causa ou não prejuízo à sociedade".

Josemar Nepomoceno

Filosofia já está no currículo de 15 mil escolas primárias

Quinze mil estudantes de 1o. grau de 32 escolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já estão estudando Filosofia. A metodologia do ensino dessa matéria, "com o objetivo de formar cidadãos críticos, criativos e que saibam pensar a realidade", é uma das preocupações do Centro Catarinense de Filosofia no 1o. Grau, presidido pelo Professor Sílvio Wonsovicz.

Em sua sala no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde funciona a sede do Centro, Wonsovicz afirma que o programa permite aos alunos desenvolverem melhor o aprendizado em todas as matérias. "Aprendem a refletir e não apenas a decorar ou reagir de maneira mecânica. São eles que querem as aulas, sentem prazer ao aprender. Durante as discussões, manifestam suas idéias e até discordam dos livros."

A equipe do Centro é composta por 22 pessoas, todas com formação em Filosofia e

a maioria cursando ou já tendo completado pós-graduação na área. Duas vezes por ano, as escolas filiadas passaram por uma auditoria para verificar como está o andamento do ensino. Todos os professores envolvidos recebem treinamento. Mas como se aplica esse ensino?

"Não se quer uma disciplina, mas a interdisciplinaridade com outras matérias", responde Wonsovicz. Não se trata, portanto, de matéria acadêmica, como a própria Filosofia no 2o. grau. Pelo contrário: são utilizadas novelas filosóficas, que tratam de temas do cotidiano das crianças, tal como Issao e Guga, material usado na 1a. e 2a. séries. Essa novela desenvolve habilidades de raciocínios e expõe temas filosóficos relacionados com a natureza, as idéias e a auto-estima.

Josemar Nepomoceno



Muitos alunos procuram uma saída mística. Não acham

Uma coisa a Filosofia tem em comum com a ciência: os mitos que cercam uma e outra. "As pessoas acham que vão encontrar na Filosofia, assim como nas ciências, algo muito diferente do que estão acostumadas a ver no seu cotidiano", diz o Professor Luiz Henrique Dutra, do Departamento de Filosofia. "O filósofo é quase sempre visto como alguém fora do comum. Sua imagem é associada a uma figura mística, religiosa".

De fato, alguns alunos iniciam o curso de Filosofia pensando encontrar algo de místico. "Estes acabam se decepcionando e, em geral, abandonando o curso", observa Dutra. No entanto, "a Filosofia proporciona uma reflexão interessante, principalmente para as ciências naturais e humanas, devido a sua forma de argumentação".

A graduação em Filosofia é muito procurada por bacharéis de outras áreas, como advogados, engenheiros e assistentes sociais. Recebe, também, número incomum de estudantes que, tendo feito concurso para outras áreas, transferem-se para lá. Mas a maioria só vai descobrir durante o curso o que é, afinal, Filosofia.

O mercado de trabalho na área da Filosofia restringe-se, no geral, ao campo docente. Os graduados vão, em sua maioria, trabalhar em escolas de segundo grau ou universidades. Mas já há profissionais trabalhando, por exemplo, como assessores culturais em editoras. O Professor Alberto Cupani diz que as restrições de mercado são típicas do Brasil, em oposição ao que acontece nos países de economia mais desenvolvida.

Michelle Pires de Araújo

Clonagem de Dolly custou 834 tentativas

Ciência aconselha método tradicional

O broto de uma planta se quebra, mas consegue se desenvolver de modo semelhante ao da planta-mãe. Dessa reprodução assexuada surgiu o termo clonagem (do grego klón) e parece ser absurdo que também possa ser usado para explicar o surgimento de um vertebrado. Mas desde o dia 23 de fevereiro, quando foi anunciada a existência da ovelha Dolly, cópia exata de outra ovelha, o mundo inteiro comenta o caso e especula sobre a clonagem de humanos.

Para que Dolly viesse ao mundo, os pesquisadores introduziram o núcleo de uma célula da mama de uma ovelha em um óvulo do qual o núcleo foi retirado. Não houve cruzamento entre gametas e toda a informação genética veio apenas de um animal.

834 tentativas - Surge, então, uma dúvida: como os cientistas ainda não haviam descoberto procedimento aparentemente tão simples? Por causa de um curioso detalhe técnico: o núcleo a ser enxertado no óvulo tem de vir de uma célula em divisão, e o problema é que a operação não pode ser realizada em qualquer etapa dessa divisão. Ainda não se pode precisar com segurança cada está-

gio da partição celular.

A professora de genética do curso de Biologia da UFSC Maria Cecília Menke Ribeiro acredita que isso descarta alguns rumores em torno da clonagem. Um deles é sobre a multiplicação de animais hoje em extinção: "No estágio atual, seria bem mais fácil apelar para o modo tradicional de reprodução", diz ela. Dolly foi o único óvulo que se desenvolveu em 834 tentativas. Quanto à possibilidade de clones humanos, a professora indaga: "o que vamos ganhar fazendo nossa própria cópia?"

Terapia - Algumas questões ainda permanecem sem resposta, como os cinco dias a mais da gestação de Dolly do que os 143 que seriam normais para a espécie, mas essas experiências têm servido para desenvolver outras áreas do conhecimento humano. O *PPC Therapeutics*, por exemplo, um dos institutos que financiou a pesquisa, tem interesse em proteínas terapêuticas.

Além disso, a transgenia, segmento que concentra o maior esforço científico da atualidade, vai certamente se beneficiar com este processo. "O genoma pode ser modificado para evitar doenças here-

ditárias como a hemofilia", explica a professora Maria Cecília. Mesmo assim, ela ressalta que os acordos internacionais impedem atualmente a alteração das células germinais, ou as células de origem da vida.

Mesmo com todo o alarde em torno de Dolly, a clonagem já vinha sendo usada para decifrar o DNA, onde fica toda a informação genética. Pequenos pedaços dele são injetados em bactérias para descobrir nossas mais diferentes características, como o tamanho da mão, a capacidade respiratória ou o tempo de duração da vida. Foi assim que em 1990 foi detectada em uma menina americana a adenosina desaminase (ADA), doença hereditária parecida com a Aids que anula os meios de defesa do organismo.

No Brasil, o Instituto Cenargen (Centro Nacional de Recursos Genéticos), de Brasília, vem combinando a clonagem a outras técnicas de multiplicação animal. O técnico do Instituto querem obter em um ano o ganho genético equivalente a 12 anos de seleção e multiplicação pelos métodos convencionais.

Patrick Cruz

Para que consertar aparelho usado se é mais barato comprar um novo?

Enquanto o preço dos aparelhos eletro-eletrônicos novos tende a baratear cada vez mais, o custo dos serviços de assistência técnica aumenta continuamente. Só nos últimos quatro meses foi registrado um aumento médio de 20% no conserto de eletrodomésticos (Fonte: Agência Estado), enquanto a inflação neste mesmo período não passou de 6%. Alexandre Hanna, proprietário da Refrigeração Hanna, explica que o aumento não foi no custo da mão de obra, "mas no preço das peças originais que duplicaram e teve que ser repassado nos consertos".

As firmas especializadas em consertos de pequenos aparelhos são as que mais sofreram com as transformações do mercado. Dependendo do valor do conserto, elas se vêem obrigadas a aconselhar o consumidor a substituir o aparelho estragado por um novo. Caso típico é a troca da resistência de um ferro automático de passar roupa, que não sai por menos de R\$ 20, enquanto que o mesmo aparelho zerinho pode ser encontrado por R\$15. A troca de um motor de liquidificador fica

em torno de R\$ 30, quatro reais a menos que um aparelho novo em oferta..

No caso dos eletrodomésticos mais sofisticados, como televisores e vídeocassetes, a situação é um pouco diferente. Apesar de o movimento ter caído, como constatou o proprietário da Nova Eletrônica, Oswaldo Nascimento, os clientes sabem que certos tipos de conserto ainda compensam. Um vídeo novo custa no mínimo R\$ 309 enquanto a troca da fonte de alimentação de um usado sai por R\$ 45e a mudança de cabeçotes custa entre R\$ 75 e R\$ 95. Os serviços têm garantia de alguns meses e o cliente muitas vezes pode optar por pagar a vista ou parcelado.

A recessão parece só não ter afetado um dos segmentos do ramo de assistência técnica: as oficinas especializadas em eletrodomésticos de grande porte, como máquinas de lavar e geladeiras. Esses aparelhos continuam sendo de difícil aquisição para grande parte da população por seu custo. Assim, quem tem um sabe que precisa conservá-lo. Alexandre Hanna diz que a sua empresa especializa-

da em geladeiras, freezers e ar condicionado chega até a dispensar trabalho, tamanha é a procura por esse tipo de serviço.

Michele da Rosa, funcionária da Gim Conserta, diz que não tem ouvido reclamações por parte dos clientes. "Não é todo mundo que tem R\$ 500 ou mais para comprar uma geladeira nova de uma hora para outra", diz Michele. A troca completa de um motor de geladeira com mão de obra e transporte, um dos defeitos mais caros desse aparelho, fica em torno de R\$ 180. E, se o problema for só a pintura, uma nova sai por R\$ 140. Já a troca da parte elétrica de uma máquina de lavar roupas custa em torno de R\$ 160, enquanto um aparelho novo do modelo mais simples está em média R\$ 470. "O custo compensa de acordo com a qualidade do serviço prestado" explica a cliente Lúcia Brandão. Os serviços têm garantia mínima de três meses na maioria das oficinas, mas a troca de motores tem um ano de garantia.

Andrea Marques

Em busca de um corpo perfeito, quem sofre é o organismo

Eduardo Burckhardt - ZERO

Atleta de fim-de-semana não sabe o risco que corre

As dores dos esportes de verão

ATLETAS TAMBÉM SOFREM

Ao contrário do que se pensa, os superatletas sofrem tanto com seus corpos quanto uma pessoa comum. Eles trabalham no limite máximo de força e condicionamento e qualquer desvio no treinamento pode causar lesões.

Os acidentes nos superatletas ocorrem quando uma destas funções é alterada: vibração, tempo de exercício, peso do exercício e movimento repetitivo da atividade. Quando o problema não necessita de cirurgia, o tratamento geralmente é rápido e tem base na fisioterapia.

Certos esportes causam problemas comuns. Alguns exemplos:

Judô: são quase inevitáveis as luxações durante as lutas

Corrida de fundo: desidratação

Tênis: hipertrofia de um lado do corpo

Remo: hipertrofia do coração

Alpinismo: dilatação do lado direito do coração e insuficiência cardíaca.

Todo verão é a mesma coisa. Na televisão, a propaganda mostra homens e mulheres felizes com seus corpos bronzeados e perfeitos. Na casa do telespectador, a mãe olha as pernas, já não tão firmes, e cutuca a barriga saliente do marido: "Vamos malhar!" Esta cena é comum nos meses que antecedem o longo período de sol, praia e carnaval.

O resultado da procura pela boa forma da noite para o dia pode ser visto nas clínicas para tratamento ortopédico. Luxações, distensões e dores na coluna são alguns dos efeitos da corrida às academias e na tradicional pista da Beira-Mar Norte. Mal sabem esses atletas de plantão que os corpos perfeitos dos esportistas que eles vêem nos comerciais são moldados por anos de dedicação e sofrimento e que estão no limite máximo de sua forma. Qualquer esforço a mais é lesão na certa.

De acordo com o professor de musculação César Augusto Alcântara, da Academia Vitae, os alunos "flutuantes" (as pessoas que só procuram academia nos meses próximos do verão) estão tão preocupados em perder peso rápido e ficar em forma a tempo que não se dão conta de seus próprios limites: "Geralmente, se sobrecarregam, não têm postura e não adquirem o principal para quem quer cuidar bem do corpo: a consciência corporal."

Consciência corporal é o resultado do exercício físico freqüente. O atleta passa a saber até que ponto pode ir no exercício, a velocidade em que ele deve ser feito, quais as partes do corpo que necessitam de mais trabalho e quais as que precisam de exercícios mais leves.

Principais problemas - Os alunos flutuantes representam 40% das matrículas nas academias. Muitos deles sofrem pela má execução do exercício, mas a maioria não relaciona a dor à prática esportiva. O professor de aeróbica Gustavo Serpi, da Academia Aloe, cita, como principais problemas, as dores nas costas - tanto na região cervical como lombar - causadas pela postura errada, e as lesões no joelho, mais comuns na aeróbica. Na musculação, há ainda a dor na coluna, que pode ser ocasionada pela pressão sobre as articulações.

Para quem acha que aquela corrida na Beira-Mar vai tirar os quilinhos indesejados e deixar o coração com vida nova sem qualquer perigo de dano ao corpo, o puxão de orelha é ainda maior. Se a corrida for feita sem aquecimento, sem continuidade e com postura e respiração erradas, podem acontecer problemas semelhantes aos da musculação e aeróbica mal executadas. O professor de educação física responsável pelo setor de ortopedia da Associação Santa Catarina de Reabilitação, Ricardo Alberto Silveira, alerta que a corrida é um exercício de alto impacto: embora melhore o funcionamento do sistema cardiorespiratório, pode causar facilmente lesões.

Todos são unânimes: qualquer exercício físico deve levar em conta a individualidade biológica e as condições orgânicas do indivíduo. Além disso, antes de começar nova atividade física, deve ser feito um exame médico para constatar se a pessoa tem algum problema que impeça o exercício. A outra recomendação dos professores é acostumar-se, desde a infância, à prática esportiva regular.

Atleta de fim-de-semana não sabe o risco que corre

Mas o esporte para as crianças também tem suas restrições. O treinamento só deve começar depois da maturação, que na menina acontece com a primeira menstruação e no garoto somente após a primeira ejaculação. Antes disso é recomendada a prática esportiva recreativa. Na infância, os ossos são mais frágeis, facilitando as lesões. O treinamento forçado nesta fase pode causar também danos nas articulações e até mesmo a frustração com o esporte. Já na adolescência, o cuidado deve ser o de evitar excesso. Como este é o período de maior crescimento do indivíduo (cerca de 11 centímetros em um ano), pode ocorrer o rompimento das fibras musculares. É também então que surgem os problemas de coluna causados pela má postura.

Coisa de gente grande - Com o amadurecimento, vêm as condições propícias ao sedentarismo, e é este o principal inimigo na fase adulta. O melhor remédio para evitar a barriguinha e os problemas respiratórios e cardíacos ainda é a prática esportiva regular, com continuidade, moderação e disciplina.

O exercício prepara para a velhice. Na terceira idade ocorre com mais intensidade, principalmente entre as mulheres, a osteoporose, doença que aos poucos deteriora os ossos, tornando-os mais frágeis. A professora Maria da Silva Duarte, supervisora do laboratório de esforço físico da UFSC, conta que nos Estados Unidos existem programas para prevenção da osteoporose que começam a ser aplicados durante a adolescência.

Eduardo Burckhardt

De sua casa, em Jurerê Internacional, ele edita um jornal em Boston

CARLOS CASTILHO

Eduardo Burckhardt - ZERO

“Acho que a economia está mudando tanto as coisas quanto a política mudava antigamente”

Carlos Castilho tornou-se jornalista por acaso. Ou melhor, por necessidade. Ele era vice-presidente da UNE em 1964, ano em que aconteceu o golpe militar, e precisou se esconder para fugir da perseguição. Foi aí que surgiu o emprego temporário numa agência de notícias, que garantiu certa renda e, principalmente, um horário de trabalho - madrugada e manhã - que não despertava suspeitas sobre sua atividade na UNE. Mas o que seria provisório acabou se tornando profissão de fato. Castilho abandonou o curso de agronomia no terceiro ano e passou a se dedicar ao jornalismo em tempo integral.

Na carreira de jornalista, Castilho tem grande experiência como correspondente internacional. Trabalhou para os principais jornais do Brasil e para agências de notícias do exterior. Acompanhou revoluções na América Latina e no Oriente Médio, ajudou a montar o escritório da *TV Globo* em Londres e colabora até hoje com jornais americanos e europeus.

Para ele, a figura romântica do correspondente estrangeiro, que se assemelha ao Indiana Jones do cinema, não existe mais. As novas tecnologias que invadiram a comunicação nos últimos anos dispensaram o correspondente. Hoje é possível ter uma diversidade de informações do mundo inteiro sem sair do lugar. Através dos noticiários via satélite, do telefone e da Internet, podem-se montar matérias sem necessidade de enviar profissionais em longas viagens especialmente para isso.

Depois de longa carreira como correspondente internacional, Castilho largou a vida da cidade grande. Atualmente, mora em Florianópolis e desenvolve suas atividades em casa. Ele é editor para a América Latina do jornal americano *The World Paper*, trabalhando basicamente pela Internet. Além disso, escreve artigos para outros 12 jornais da América Latina.

No que consiste o trabalho do correspondente internacional?

O correspondente internacional é o jornalista que vai a um país para cobrir determinado fato dentro da ótica da terra natal. Muitas vezes o repórter cai de pára-quadras num lugar estranho; é comum não saber falar a língua ou saber muito pouco sobre a cultura local. Isso dificulta o trabalho do correspondente, que é basicamente o de entender o que está acontecendo e porque, entender como as pessoas agem e transmitir isso aos leitores da maneira mais clara possível. Sem isso, cai-se em um estereótipo de ficção.

Como você vê o trabalho do correspondente hoje, frente a todas mudanças ocorridas com o fim da guerra fria?

Ele virou uma espécie de especialista em desastre. Já não existe o interesse de ter o correspondente como explicador de fenômenos o fatos políticos, porque esses fatos políticos perderam a importância que tinham antes da queda do Muro de Berlim. Esse marco acabou com toda uma cultura que existia dentro do jornalismo, que vivia em função do conflito entre o bem e o mal, o capitalismo e o comunismo. A dicotomia alimentava muito a leitura dos jornais. Quando acabou a guerra fria, predominou a teoria do livre mercado, ganharam força as reformas neo-liberais. Então, o jornalista, quando não persegue tragédias, passou a ser uma espécie de correspondente econômico. Acho que a economia hoje está mudando



“Sabíamos que o presidente Allende não suportaria a pressão”

tanto as coisas quanto a política mudou, no seu tempo. Hoje a gente faz muitas coisas que são políticas com o nome de economia.

“O noticiário internacional diminuiu brutalmente”

As páginas dos jornais e o tempo dos noticiários internacionais diminuíram muito. A que você atribui essa mudança?

É verdade, as páginas internacionais dos jornais encolheram brutalmente. Isso aconteceu devido à mudança de interesse dos leitores. Para

fazer alguma coisa que tenha importância para quem lê noticiários é preciso relacionar os fenômenos que acontecem lá fora com

questões nacionais, pois as pessoas precisam de identificar com aquilo que estão vendo. O que mudou foram os códigos de identificação. Um exemplo: se eu contar aqui a história de um albanês ninguém vai dar atenção; já se for a história de um brasileiro que vive na Albânia o interesse é automático.

Essa mudança de interesse pode justificar o aumento da procura pelos jornais locais, ou pelos chamados jornais de bairro?

Sim, porque os grandes jornais acham que tratar da grande política é mais importante do que tratar das questões locais, quando já se percebeu que os jornais de bairro são os que têm maior potencial de crescimento econômico. A grande imprensa não se deu conta ainda da necessidade de desenvolver projetos jornalísticos de nível regional,

municipal Se forem abrir um buraco na minha rua, um grande jornal não vai querer noticiar. Mas isso interessa a mim e aos meus vizinhos. Provavelmente o jornal de meu bairro vai noticiar isso e explicar o porquê. É uma questão de proximidade.

Como você vê a mudança na produção jornalística com o incremento das novas tecnologias?

Ficou tudo muito mais fácil. Eu, por exemplo, faço daqui a edição de um jornal de Boston. Parece coisa de louco, mas não é. Pela Internet se discutem as pautas, o formato, as matérias; os editores brigam, dão palpite e, em mais ou menos meia hora, já está definido o que vai sair no jornal. As pessoas pensam que o custo disso é elevado, mas os preços das comunicações são irrisórios comparados com os que se cobravam há algum tempo. Lembro que a primeira transmissão via satélite que nós fizemos para a Globo durou cerca de dez minutos e custou perto de 60 mil dólares; hoje não sai por mais de dois mil.

Hoje, o que é mais difícil de lidar, quanto às novas tecnologias?

O maior problema é o excesso de informação. Não há como digerir tudo que o se tem na mão. É uma avalanche. Internet, TV a cabo, rádio, jornal, revista. Diante disso, há indigestão informativa e as pessoas vão se tornando seletivas. As novas tecnologias tornaram o acesso à informação mais fácil, mas complicaram muito a digestão delas.

Quando você começou a trabalhar, ainda era o tempo das Olivetti. Hoje é possível trabalhar via Internet. Como você acha que essa mudança se reflete nos jornalistas que estão se formando e indo para o mercado?

A atividade jornalística passou por tantas modificações e as coisas se tornaram tão mais rápidas que hoje é difícil, no meu ponto de vista, sair da universidade, entrar nos jornais e não notar a diferença de ritmo. O que está acontecendo é que a grande maioria sai da universidade formada em jornalismo e, antes mesmo de conseguir um emprego, acaba entrando em um desses cursinhos tipo o da *Editora Abril* ou do *Estado de São Paulo*. Eles funcionam como uma espécie de funil, pelo qual as empresas, de certa forma, condicionam o recém-formado às suas necessidades empresariais.

Você não cursou uma faculdade de comunicação. Na sua opi-

Eduardo Burckhardt - ZERO

"Estamos entrando na era da informação"

nião, o diploma é necessário na carreira de um jornalista?

Essa é realmente uma questão complicada. Não necessariamente todo estudante de jornalismo é bom jornalista nem todo jornalista tem que ser formado. Acho que as universidades não são capazes de formar jornalistas porque, primeiro, o universo da profissão está se diversificando de tal maneira que elas não conseguem acompanhar o ritmo; segundo, porque as faculdades estão deixando de preencher uma lacuna, que é a da investigação sobre comunicação e informação.

No que consiste essa investigação?

Estamos entrando na era da chamada "sociedade da informação". Isso significa que a informação passou a ser a matéria prima mais importante da estrutura econômica atual, tão importante quanto o ferro ou o petróleo. Um exemplo é quando você sai de manhã e consulta a informação de como está o tempo; isso determina uma série de coisas que você fará durante o dia. Ou quando você vai comprar um eletrodoméstico no crediário e precisa saber qual a loja que tem juros mais baixos para poder administrar melhor o seu dinheiro. Tudo é informação. Agora, ninguém está estudando isso. Ninguém está estudando os processos pelos quais essa informação é transformada e processada. Ela, como matéria prima, tem uma característica que as outras não têm: uma informação que você

me dá eu reprocesso e volto com outra: ela não morre, não desaparece. Esse é um processo contínuo que precisa ser estudado.

Você acha que é possível acreditar em todas as informações que nos cercam?

Não. Não existe essa história de informação pura, aquela que não obedece a nenhum interesse. Tudo hoje é movido a interesse, até mesmo tragédias, desastres que sempre acabam sendo manipulados. Se você pegar o noticiário ecológico, vai ver que o Greenpeace fabrica informações. Ou, aqui no Brasil, o Movimento dos Sem Terra fabrica informações. Todos querem vender as suas idéias, as suas preocupações através da imprensa.

E como o jornalista deve se portar diante da produção de informações?

O jornalista pode acreditar pessoalmente em determinados fatos mas, como profissional, o que ele deve fazer é colocar as questões no seu contexto e procurar, dentro desse contexto, apresentar as versões mais diversificadas possíveis. No fundo, quem vai formar opinião é o leitor. Você pode dizer o que é melhor ou pior, mas quem vai fazer o julgamento é ele, não o jornalista, que está simplesmente dando dados para que o leitor possa formar opiniões.

Débora Sanchez
Márcia Bizzotto

"Informação é hoje tão importante quanto o ferro e o petróleo"

"Não existe essa história de informação pura, sem obedecer a interesses"

Caminhos do século XIX estão sendo mapeados

Volta às trilhas do Desterro

As veredas da Ilha de Santa Catarina estão sendo mapeadas. O projeto é dos professores André Santos e Augusto Zeferino e do estudante Maurício Câmara, do Departamento de Geografia da UFSC. Segundo Santos, a idéia é fazer o estudo histórico e geográfico de todos os caminhos antigos e atuais: "Nós não queremos apenas demarcar as trilhas, mas avaliar o papel delas para que a Ilha chegasse à organização espacial de hoje. Entender qual a importância e a demanda social de cada uma"

As primeiras vias foram abertas pelos colonizadores europeus que chegaram aqui no século XVI, quando a Ilha era um importante entreposto náutico. Uma expedição ficou por quase dois anos, vivendo de caça e coleta. Para isso, várias trilhas eram abertas. Mais tarde, depois da fundação de Desterro, surgiram os caminhos reais, abertos pelo poder público. Vários desses caminhos deram origem a ruas e estradas: partes da SC-401, que leva ao Norte da Ilha, eram caminhos reais, assim como a Rua Vidal Ramos, no centro de Florianópolis.

Como achar - A localização das trilhas atuais parte de registros fotográficos e entrevistas, mas inclui muito trabalho de campo, percorrendo cada um dos caminhos. À medida que as trilhas são percorridas, é feita uma descrição de cada um deles: qual o trajeto, a extensão, o grau de dificuldade e o tempo para percorrê-lo, a morfologia e a vegetação da área. Essa parte do trabalho é importante porque muitas trilhas não aparecem nas fotos aéreas por causa da vegetação densa.

O mapeamento das picadas antigas é feito principalmente através de documentação: fotos aéreas antigas (de 1938) e levantamento de documentos e relatórios que apresentem indicações de caminhos. Santos, Zeferino e Câmara utilizam também informações de habitantes das localidades do interior da Ilha, principalmente os mais velhos, que conheceram caminhos que não existem mais.

Carros e hotéis - Santos conta que o mapa das trilhas era bastante estável, até a chegada da indústria automobilística, que causou muitas mudanças. Agora, o maior fator dessas transformações é a indústria imobiliária. Muitos caminhos estão desaparecendo porque os terrenos em que se localizam são loteados para a construção de prédios e hotéis. "É meio contraditório", diz Santos. "Ao mesmo tempo em que a indústria hoteleira quer os turistas atraídos pelas trilhas naturais e o turismo ecológico, essa mesma indústria elimina várias dessas trilhas."

Em março, Santos, Zeferino e Câmara foram à Argentina participar do XI Encontro de Geógrafos da América Latina, onde apresentaram seu projeto e conheceram pessoas com trabalhos semelhantes. "É curioso que muitas das dificuldades sejam basicamente as mesmas, em lugares diferentes", constata Santos.

A idéia do mapeamento partiu de Zeferino, que há bastante tempo pensava nisso, mas não encontrava os parceiros certos, até falar com Santos e Câmara. "Juntou a fome com a vontade de comer. Eu já conhecia vários caminhos, já tinha feito várias vezes a volta na Ilha e me entusiasmei", lembra Santos. Quando o trabalho estiver pronto, o objetivo é fazer um vídeo e uma publicação escrita. Mas Santos sabe que até lá, ainda tem muita sola de sapato para gastar nas sendas e veredas da Ilha: "Temos mais ou menos 30% feito. Ainda há muito trabalho pela frente. Nós não tínhamos idéia de quantos caminhos existem aqui", diz ele antes de suspirar e olhar mais uma vez para o enorme mapa de Florianópolis em sua mesa.

Fábio Bianchini



Três vistas de naufragados

